



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO ETNODESENVOLVIMENTO

REINALDO DA SILVA LEMOS

RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA – DESAFIOS E POSSIBILIDADES:

O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ONEIDE SOUSA
TAVARES – COMUNIDADE E AGROVILA VALE PIAUIENSE, MUNICÍPIO DE
ALTAMIRA, ESTADO DO PARÁ.

ALTAMIRA - PA
2019

REINALDO DA SILVA LEMOS

RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA – DESAFIOS E POSSIBILIDADES:

O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ONEIDE SOUSA
TAVARES – COMUNIDADE E AGROVILA VALE PIAUIENSE, MUNICÍPIO DE
ALTAMIRA, ESTADO DO PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado
à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade
Federal do Pará - Campus Universitário de Altamira
como requisito básico para obtenção do título de
Licenciatura e Bacharelado em
Etnodesenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Me. Ana Paula Santos Sousa

ALTAMIRA - PA
2019

REINALDO DA SILVA LEMOS

RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA – DESAFIOS E POSSIBILIDADES:

O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ONEIDE SOUSA
TAVARES – COMUNIDADE E AGROVILA VALE PIAUIENSE, MUNICÍPIO DE
ALTAMIRA, ESTADO DO PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da
Universidade Federal do Pará - Campus
Universitário de Altamira como requisito básico
para obtenção do título de Licenciatura e
Bacharelado em Etnodesenvolvimento.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Ana Paula Santos Sousa (Orientadora)
FACETNO - UFPA

Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente (Membro)
FACETNO - UFPA

Profa. Dra. Eliane Faria de Souza (Membro)
FACETNO - UFPA

Aos meus pais, Josefa da Silva Lemos e Raimundo Nonato Lemos. À minha esposa, Rosimeire dos Santos Nascimento Lemos. Ao meu filho, Vyctor Alexandre Nascimento Lemos. Aos meus irmãos, Elivaldo da Silva Lemos, Maria José da Silva Lemos, Edvando da Silva Lemos (In memoriam) e Maria Gorete da Silva Lemos (In memória). Meus avós paternos, Maria de Lemos Vaz (In memoriam) e Bernardo de Sousa Vaz (In memoriam). Meus avós maternos, Minervina da Silva Né (In memoriam) e Antonio Né (In memoriam). Aos meus sobrinhos, Igor Felipe Lemos da Silva, Renata Michelly Lemos da Silva e Raquel Michelly Lemos da Silva. Ao meu sogro e minha sogra, Assis Alexandre do Nascimento e Elenice Marina dos Santos Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pois sem sua guia, sua direção, sua ajuda e o seu agir, eu não teria capacidade e força para seguir e chegar até aqui e por sempre se fazer presente em todos os momentos, por me ter dotado de saúde, sabedoria e disposição para alcançar mais uma vitória em minha vida. Agradeço de modo especial a minha esposa Rosimeire dos Santos Nascimento Lemos, meu filho Vyctor Alexandre Nascimento Lemos que têm me dado sempre inspiração e força para lutar, meus irmãos, meus sobrinhos, meus vizinhos, principalmente as famílias da comunidade a qual eu pertencço que não mediram esforços para receber não só eu, mas, sim a Universidade em suas casas com muito amor e carinho para realização dos meus tempos comunidades, que geraram informações tão preciosas que não tem como não agradecer. Aos companheiros dos movimentos sociais, professores, direção e coordenação do Curso de Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade, coordenação do Campus Universitário de Altamira. Mais uma vez aqui agradecer aos meus pais, que com toda humildade e simplicidade ensinaram-me a ser uma pessoa decente, a respeitar e buscar meus sonhos de forma honesta, ainda que seja com muito sacrifício, mas sem nunca desrespeitar nenhum semelhante. Agradeço também todos os demais familiares por estarem ao meu lado, torcendo e apostando em mim por todo esse tempo na Universidade, me dando força, apoio em suas casas quando em período de aula não podia ir para casa na roça durante as noites, fazendo desse esforço de minha formação acadêmica uma oportunidade para que eu possa contribuir na luta por um mundo onde poderemos buscar equidade para as pessoas a partir dos conhecimentos adquiridos durante minha graduação.

Agradeço a todos (as) companheiros de curso do Etnodesenvolvimento da faculdade de Etnodiversidade, pois, apesar das diversidades pessoais, étnicas, objetivos diversos, adquiri muitos conhecimentos que só vieram somar na minha vida no decorrer da graduação, melhorando assim minha percepção e visão de sociedade, sempre no sentido de ser um agente formador de opiniões no universo de batalhas, de lutas para busca e garantia dos direitos de povos e comunidades menos favorecidas.

Na oportunidade ainda, agradecer imensamente, os diretores, coordenadores pedagógicos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Oneide de Sousa Tavares e os demais profissionais que compõe a equipe da escola, por ter me aceitado e recebido tão bem como estagiário na referida unidade escolar durante período de minha formação nos estágios de docência e gestão ao longo dos quatros anos.

Agradecer todos os professores e colaboradores externos pelas orientações ora prestadas no processo de formação de toda nossa turma de Etnodesenvolvimento na Universidade, pois sem essas colaborações o curso não teria como ser finalizado sem a socialização dos conteúdos a partir das disciplinas ora trabalhadas por cada profissional.

Agradecer aqui de modo especial, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira onde sou filiado por me ter cedido à carta de pertencimento para ingressar no curso de Etnodesenvolvimento da faculdade de Etnodiversidade apostando que, após a formação poder contribuir ainda mais com a categoria.

Agradecer também as coordenações da Fundação Viver Produzir e Preservar nas pessoas de (João Batista Uchôa Pereira, Antônia Pereira Martins, Maria Aparecida Brandão, José Ribamar Ripardo, Antonio Paulo de Medeiros, Luiz Paulo Alves Portugal), toda equipe técnica também, pois, apesar de ser militante dos movimentos sociais também fazia parte da equipe técnica de profissionais da referida instituição e que durante o período de Tempo Universidade, todas as coordenações apostaram em mim, sempre me liberando para estudar, assim sendo, não poderia deixar jamais de agradecer por essa grande força recebida e espero após minha formação poder contribuir com a Instituição, com os movimentos sociais a partir dos conhecimentos adquiridos na graduação, os quais me possibilitarão de fato apoiar significativamente os movimentos sociais do município de Altamira e Região da Transamazônica e Xingu.

EPÍGRAFE

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, Não somos o que iremos ser, mas, graças a Deus não somos o que éramos”.

(Martin Luther King)

RESUMO

Este projeto traz em seu esboço uma abordagem de um tema que é discutido mundialmente em vários espaços que é a educação escolar de qualidade a partir de uma relação entre escola, famílias através da participação. Contudo, apesar dos problemas e desafios, a educação escolar é um instrumento de suma importância na Comunidade e Agrovila Vale Piauiense¹, porém o envolvimento dos sujeitos no processo educacional precisa ser mais trabalhado. O tema proposto nesse projeto é resultado dos tempos comunidades realizado com as famílias ao longo dos quatro anos do Curso de Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Altamira. As ações do projeto ora proposto parte do pressuposto do diagnóstico de um problema identificado pelas famílias, comunidades, profissionais e direção da Escola (EMEF) Oneide de Sousa Tavares localizada na BR 230 km 23 município de Altamira Estado do Pará. O tema proposto e suas ações na modalidade de “intervenção” visa proporcionar possibilidade de melhoria na aplicação e concepção da relação entre família, escola e comunidade, no sentido de uma integração entre ambas as instituições de modo que seja priorizada a gestão democrática da educação na referida unidade escolar, assim também aprimorando o conhecimento/entendimento dos papéis das mesmas frente à política de educação escolar, tornando-os protagonistas a luz da legislação.

Palavras-chave: Educação, relação família-escola, comunidade, participação, gestão educacional, saberes tradicionais.

¹ Agrovila e Comunidade Vale Piauiense. Nome dado à localidade devido ter muitas famílias do estado do Piauí.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMEF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
FACETNO	FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SEDUC	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
SEMED	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da região transamazônica.....	19
Figura 2. Mapa do município de Altamira.....	21
Figura 3. Registro de entrevista com Pedro Isidoro da Silva, Sabino Augusto da Silva e Sebastião do Monte Silva.....	22
Figura 4. Mapa das áreas rural e urbana do Vale Piauinense.....	23
Figura 5. Escola Municipal de Ensino Fundamental Oneide de Sousa Tavares.....	25
Figura 6. Estrutura do PETI – desativada-escola Oneide Sousa Tavares.....	25
Quadro 1. Metas, Produtos e Resultados Esperados.....	34
Quadro 2. Itens/Fontes para Realização do Seminário Estimado.....	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. EDUCAÇÃO/ ETNODIVERSIDADE	15
3. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	16
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA ESTADO DO PARÁ.	19
4. CARACTERIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE E AGROVILA VALE PIAUIENSE E ESCOLA ONEIDE DE SOUSA TAVARES.	21
5. PROBLEMÁTICA	27
6. JUSTIFICATIVA	30
7. OBJETIVOS	33
7.1 OBJETIVO GERAL	33
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	33
8. METAS/PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS	34
9. METODOLOGIA	34
10. CRONOGRAMA DE AÇÕES/ATIVIDADES E FONTES DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO	36
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS	38
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação escolar diferenciado é garantido na Constituição Federal (CF) de 1988, à custa de muita luta de movimentos indígenas, fazendo parte de todo um processo histórico com influências nacionais e internacionais para o estabelecimento de políticas estatais que atendessem com qualidade aos povos indígenas (DE ABREU, 2014).

Partindo desse pressuposto, o curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento ofertado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Altamira é resultado das lutas de buscas pela garantia e consolidação do respectivo modelo educacional voltado para povos indígenas e comunidades tradicionais. Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem como metodologia de ensino a pedagogia da alternância baseado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tríade na qual o ensino superior na UFPA se alicerça.

As atividades curriculares ocorrem na sua totalidade na formação em regime seriado, que reúne os Tempos Universidade (TUS) e os Tempos Comunidade (TCS). Assim sendo, o curso possui e sua base, o Eixo da Diversidade Cultural que parte de discussões que estão centradas em oito núcleos temáticos, a saber: Saúde, Educação, Direitos Humanos, Sociedade e Meio Ambiente, Identidades, Nação e Territórios, Linguagens Étnica, Desenvolvimento e Sustentabilidade, como também as atividades complementares que tem como objetivos proporcionar a possibilidade da formação de sujeitos oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais, sempre levando em consideração todo o conjunto de saberes e conhecimentos tradicionais.

Ainda nessa perspectiva, os povos e comunidades tradicionais e a Universidade dialogam entre si por meio das pesquisas realizadas durante os Tempos-Comunidades (TC), através das disciplinas/ eixos temáticos conforme planejamento pedagógico nos Tempos Universitário (TU). Importante destacar ainda que durante os TCs realizados pelos discentes do curso nas comunidades, em seus territórios de pertences, são realizados levantamentos quantitativos e qualitativos de questões importantes a partir dos núcleos das disciplinas trabalhadas na Universidade durante os TUs, onde são fornecidas informações pelas famílias entrevistadas nas comunidades.

Desse modo, nos trabalhos de pesquisas são gerados diagnósticos com dados importantes que permitem a possibilidade de acesso a conhecimento de questões consideradas

como emblemáticas pelos moradores locais das comunidades, estimulando assim através de diálogo com a comunidade a busca/ou construção de estratégias que possibilitem ao estímulo da capacidade de mediação através de alternativas para enfrentamento dos problemas ora existente nos territórios de pertence.

“Ofertar curso de graduação aos Povos e Comunidades Tradicionais é oferecer possibilidades para que os mesmos possam contribuir para a sustentabilidade de seus próprios territórios” (FARIA, 2015).

Nesse sentido, os quatro anos de graduação o qual tive o privilégio de ser discente, foi possível perceber o quanto é diverso o nível de entendimento e compreensão pelas famílias acerca da realidade das comunidades. Em referência ao caso em questão, as famílias, as pessoas que foram entrevistadas durante o período dos Tempos Comunidades, parentaram uma série de questão que são identificadas e categorizadas como problemas, mas, no entanto, são questões que ao longo do tempo as famílias e as comunidades podem buscar alternativas e resolver.

A educação escolar voltado para povos e comunidades tradicionais, é um modelo de educação diferenciado, que tem sido tratado como uma política de inclusão dos sujeitos de direitos como forma de proporcionar possibilidades para construção e socialização de habilidades que permitem a inserção dos mesmos como verdadeiros beneficiários no campo educacional.

A proposta ora apresentada objetiva trazer para o centro da discussão questões sobre a situação da relação existente entre famílias e escola na Agrovila e Comunidade Vale Piauiense, uma vez que as famílias e a escola são duas instâncias que possuem uma aproximação culminada no exercício da educação. Assim sendo, durante os tempos comunidades as famílias e a escola acreditam que a relação existente entre ambas as instituições tem encontrados tem passados por algumas dificuldades no sentido de alcançar os objetivos esperados na educação.

Segundo os entrevistados identificaram problema na relação existente entre escola e a família é a pouca participação das famílias na escola, o que tem causado inclusive até um sentimento de que as famílias tem considerado que a escola é responsável por tudo durante o processo de escolarização dos educandos no que tange a participação das famílias na escola de forma qualitativa durante o período do processo formativo doe seus filhos, como também,

as estratégias de gestão adotadas pela direção e profissionais da escola no sentido de definir a melhor forma para melhoria da relação entre família e escola, tudo isso a partir do resultado de pesquisa realizado nos Tempos Comunidade com as famílias com profissionais da escola a partir das entrevistas, visitas, diálogos, onde foi constatado uma série de problemas existentes na comunidades, mas que portanto, a relação entre as famílias e a escola ficou definido como um problema que atinge as comunidades de uma certa forma.

Considerando os eixos temáticos que são trabalhados durante a graduação e que fizeram parte das pesquisas durante os TCS, as famílias elegeram a relação entre famílias, escola e comunidades como uma questão pertinente que precisa de fato ser trabalhada, pois, segundo eles, há um distanciamento entre os mesmos, precisando então de uma ação no sentido de criar mecanismo que possibilitem aprimorar essa relação entre as instituições citadas. Vale ressaltar que a decisão de se trabalhar essa questão se deu também, por meio de reuniões realizadas com moradores das comunidades vizinhas ora beneficiadas por essa escola Polo.

O presente Trabalho de Conclusão de curso (TCC), na modalidade de Projeto de “Intervenção”, ocorreu através das pesquisas realizadas nos Tempos- Comunidades, onde que além de uma série de questões consideradas como problemas a relação entre a escola e as famílias precisa trabalhada. O projeto será realizado de forma colaborativa na e com as comunidades, onde eu como sujeito de pertença de uma das comunidades beneficiárias da escola Polo, realizei a parte das pesquisas e sistematização do diagnóstico, elaboração do projeto e apresentação dos resultados da pesquisa.

A proposta do TCC busca-se formas de entender e compreender níveis da relação entre famílias e escola na Escola Polo Oneide Sousa Tavares no tocante a participação. Dessa forma a ideia é realizar ações coletivas através de diálogos a partir de seminário/ou oficina no sentido de analisar até que ponto a relação entre instituição família e escola precisa ser definida estratégias de construção de modelos de gestão escolar que vai além da participação-ouvinte, mas sim, da possibilidade da inclusão como forma de protagonismo no processo de gestão educacional de modo especial as família.

Partindo dessa perspectiva, será utilizada a metodologia de “ver, ouvir e sentir”, ou seja, ver como as famílias e a escola veem a participação das ambas as instituições frente ao processo educacional, ouvir como elas acham, definem a participação e sentir como as

mesmas se sentem com a forma de relação existente entre escola, família como também a comunidade de um modo geral.

2. EDUCAÇÃO/ ETNODIVERSIDADE

Para muitos falar em educação pode estar associado somente ao ato de ensinar a aprender a ler e escrever... Então, sendo assim, na verdade é só isso mesmo?

A palavra Educação vem do Latim, Educatío, ônis, que significa ‘Ação de criar, de nutrir; cultura, cultivo’. Partindo desse pressuposto é perceptível que a educação não se resume somente ao ato de ensinar, aprender a ler, escrever como mencionado. Na verdade, existe um conjunto, ou seja, um leque de elementos que estão interligados nos aspectos que vão desde as questões político-sociais até as mais simples dinâmicas de viver, cultura de criar, de nutrir um saber, uma prática tradicional que envolve os processos de etnodiversidade.

No que tocante às questões educacionais na diversidade e com a diversidade, é preciso que seja estabelecidos exercício de sempre no sentido de entender e compreender o princípio da etnodiversidade no contexto social, político e humano mais sistematicamente. Entretanto, sabemos que existe uma complexidade muito grande nos aspectos das práticas pedagógicas educacionais desenvolvidas com metodologias e conteúdos voltados para povos e populações tradicionais.

Nesse sentido, em muitos casos, as políticas educacionais pensadas e taralhadas a partir do estado, muitas vezes infelizmente possuem formas muito etnocêntricas, ou seja, a ideia de impor verdades absolutas desconsiderando os saberes locais, as práticas, os conhecimentos, os costumes os quais permitem a possibilidades de identidades dos sujeitos, garantido forças de existência e resistência frente a projetos de educação externos que não dialogam com a comunidade.

Contudo, é preciso estabelecer modelos de educação que primam pelo fortalecimento da garantia do território de povos e populações tradicional substanciado pela territorialidade. Nessa perspectiva, muitas iniciativas nas últimas décadas têm sido levantadas na intenção de se trabalhar alternativas para um modelo de educação que de fato leva em consideração a possibilidade da oportunidade das comunidades e populações tradicionais não terem somente acesso a essa política pública de obrigação do estado, mas, também os tornando protagonistas no cenário da política educacional, empoderando-se nas questões que lhe são cabidas e garantidas pela própria legislação vigente.

Trabalhar “a diversidade na diversidade” e com pessoas de pertenças também diversas exige competência que “... Não se aprende no espaço escolar... “como ensina o refrão da canção”! Situação que não é suprida de forma acadêmica, por melhor que seja a graduação, o mestrado ou doutorado, em Educação ou Antropologia, pois a geração de docentes que está em ação, não foi treinada para isso, voltando a musica, não tem o tema na caixola (cabeça)! Portanto, quaisquer propostas diferenciadas, lidam com a necessidade de exercitar a criação de aprender fazendo. (DOMINGUES e BELTRÃO, 2015, p. 164).

O acesso cada vez maior, felizmente, das populações tradicionais a universidade impulsiona a todos os envolvidos a rever sua forma de trabalho na educação.

Segundo Feraso e Pagoto (2012, pag. 132) “o local de trabalho antes definido na terra ou na indústria, não depende mais de local previamente estabelecido, assim também como os horários”. Ainda nessa questão, é importante destacar que, a sociedade contemporânea vem sofrendo muitas interferências políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, fazendo com que mudanças também ocorram dentro das escolas, uma vez que o ensino precisa compreender quais são os conhecimentos necessários e demandados pelas comunidades, para “capacitar”, formar o aluno e torná-lo agente de transformação social. Deste modo, é importante ressaltar que a escola não é a única detentora de saber, visto que os meios de comunicação de massa e as tecnologias estão muito presentes na atualidade.

Segundo Heerdt e De Coppi (2005, p. 69), “o grande desafio, sem dúvida, não é o de estar ciente destas transformações, mas sim integrá-las e contemplá-las no trabalho educacional.” Assim, a escola precisa promover um “resgate”, ou melhor, um trabalho de valorização se necessário, da sua função de promotora de novos conhecimentos, buscando refletir criticamente sobre as ações e condutas cotidianas, tendo em vista desenvolver novas formas de atuar na educação que promova o “sucesso” o bom desenvolvimento com a possibilidade de melhor aprendizado do aluno trazendo conteúdos do seu cotidiano como forma de empoderamento no seu território de pertence, nesse sentido, com essa forma de educação, a família nesse processo tem a oportunidade de participar da educação de seus filhos acompanhando, monitorando a execução dos planos curriculares em curso.

3. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Falar ou contextualizar a Região da Transamazônica e Xingu, sem abordar os processos de ocupação da Amazônia como um todo seria, talvez, impossível. Essa região que hoje é denominada de Transamazônica e Xingu passou por processos de ocupação muito complexo, onde de um lado temos um contingente de povos e populações tradicionalmente

residente e de outro o estado brasileiro com seu discurso e estruturas administrativas para implantar projetos desenvolvimentistas de modo a desconsiderar todos os povos tradicionais, inclusive ainda afirmando a existência de um vazio demográfico.

Segundo Paiva (2012), os colonialistas do século XIX promoviam os três “c”: Cristianismo, Comércio e Civilização... Partindo desse pressuposto, os projetos pensados, elaborados e implementados pelo estado que culminou no Plano de Integração Nacional (PIN) que conseqüentemente tinha em seu conjunto de atividades a colonização e abertura da Transamazônica sempre visando à exploração dos recursos naturais para fins de especulações de capital internacional impulsionado e argumentado por uma filosofia colonialista Européia.

Contudo, a ocupação da Amazônia ocorreu primeiramente com os indígenas, que viviam e interagiam de forma harmônica com a natureza, ou seja, uma relação de vivência que levava em consideração uma série de saberes, costumes, práticas e rituais de respeito e valorização a natureza, porém do outro lado ocorre na Amazônia movimentos de ocupação com a política do colonialismo sem precedentes de forma gananciosa, desastrosa intensificado de tal modo que desencadeou e ainda continua até os dias de hoje, uma série de problemas ambientais na Amazônia que prejudicam de forma catastrófica à biodiversidade existente nesse rico universo de recursos naturais.

Ainda no que tange aos processos históricos de ocupação e devastação do maior bioma do Brasil, podemos afirmar que tudo teve início evidentemente desde muito antes da oficial invasão dos portugueses ao território denominado de Brasil que já era ocupado por povos indígenas. No ano de 1494, por exemplo, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas que, conforme esse documento os portugueses ficam com a porção leste do território brasileiro e os espanhóis com a porção oeste, o qual destina a floresta amazônica para os espanhóis e assim segue uma série de ciclos que culmina no mais intenso processo de ocupação e exploração da Amazônia Brasileira.

Um fato interessante que faz parte da ocupação da Amazônia ocorre no final do século XIX, onde se inicia o ciclo da exploração da borracha brasileira na Amazônia motivada pela Revolução Industrial. As fábricas inglesas importam a matéria prima em grandes quantidades para Europa. Nessa perspectiva, entre 1870 e 1900, ou seja, 300 a 400 anos após a invasão oficial ao território brasileiro, aproximadamente 300 mil nordestinos incentivados pelo governo da época migraram para a região da Amazônia para trabalharem com a exploração da seringa nativa que, anos mais tarde a referida atividade entrou em decadência ficando, portanto, os nordestinos pela região, criando, se reinventando e construindo novas dinâmicas de sobrevivência.

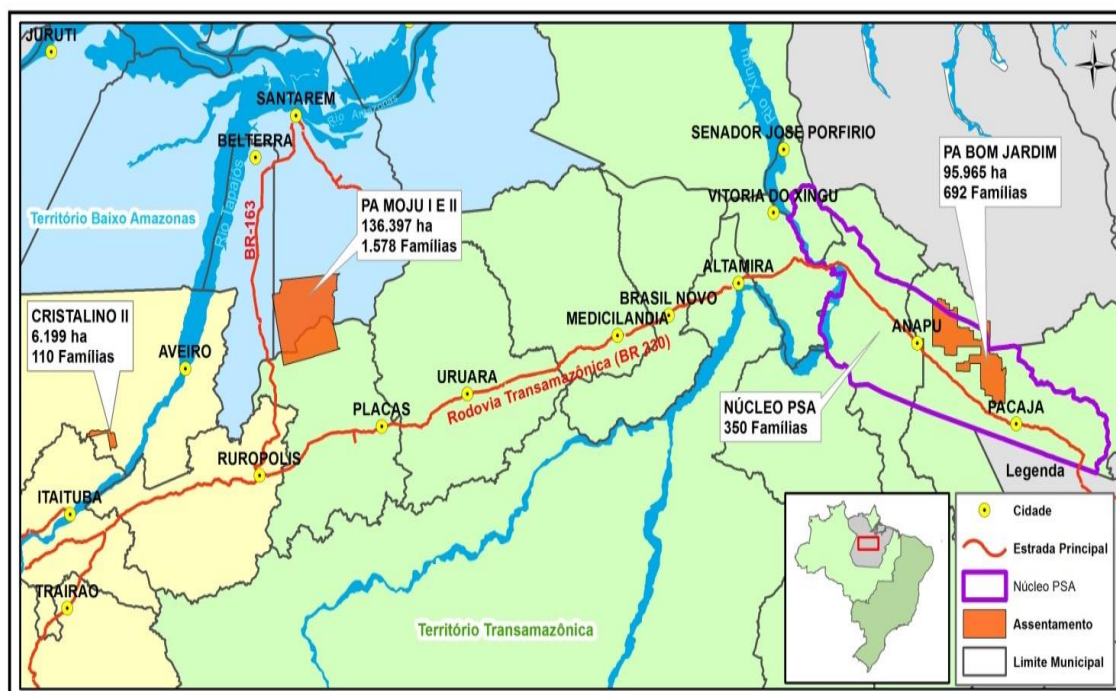
Ainda na lógica da ocupação da Amazônia na década de 1960, o governo militar da época, com intuito de ocupar e explorar a Amazônia se vale do discurso de integrar a Amazônia ao restante do país, para isso realizando/executando várias obras de infraestrutura no sentido de impulsionar ainda mais fortemente a ideia da ocupação da Amazônia, com as principais como: a Rodovia BR 230, a famosa Transamazônica com o slogan: “Integrar para não Entregar, Terras sem Homens para Homens sem Terras”. Dessa forma, nos anos de 1970, a população da Amazônia Legal já atingia a quantia de sete (7) milhões de habitantes, reflexo das políticas para a ocupação do território onde se caracterizaria já os territórios e localização, no entanto, os problemas ambientais gerados nessa época já eram desastrosos, a área desmatada já chegava aos 14 milhões de hectares.

Nos anos de 1980, os problemas ambientais na Amazônia, rotulada como “pulmão do mundo”, geravam repercussões internacionais, surgem vários movimentos liderados por pessoas preocupadas não somente com a exploração dos recursos naturais desordenados, mas, também com a concentração de terra por “grileiros”. Por conta dessas resistências, lideranças desses movimentos chegaram a ser assassinadas como, por exemplo: o líder sindical Chico Mendes, em 1988.

Como parte de todo esse histórico de ocupação da Amazônia, a região da Transamazônica e Xingu, um dos resultados de todos os ciclos que já ocorreram nessa ocupação, fica localizado no sudoeste do Estado do Pará, possuindo uma diversidade de povos com culturas, saberes, conhecimentos, práticas tradicionais muito diversas, uma diversidade de fauna e flora mesmo com as atividades de desmatamento elevado por conta dos projetos de colonização. A rodovia é fruto das ações do Plano de Integração Nacional (PIN) que foi criado pelo então presidente militar de 1970, o General Emílio Garrastazu Médici.

Ao longo do processo de consolidação do território definido como Transamazônica e Xingu, definição esta dada após a emancipação de vários município que até ao final da década de 1990 fazia parte de outros, como caso de Brasil Novo que era de Altamira. O mapa abaixo apresenta alguns pontos importantes da caracterização do território da região da Transamazônica e Xingu tais como: Rodovia e seus acessos, municípios, rios e outras informações de muita relevância sobre a região.

Figura 1. Mapa da região transamazônica.



Fonte: Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia. Acesso em: 15/11/2018.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA ESTADO DO PARÁ.

Situado em plena “Selva” /ou floresta Amazônica, o município de Altamira fica a uma distância estimada em 740 quilômetros da Capital do Estado do Pará Belém, 458 quilômetros de Marabá. Altamira um município rico em biodiversidade, ainda possui um vasto território de norte a sul banhado pelo Rio Xingu. O município de Altamira teve sua origem no período das invasões de missionários Jesuítas vindos da Europa, que tinham a responsabilidade, incentivados pela política de expedições Européia, de “domesticar” povos indígenas e populações tradicionais que já povoavam esse território, com a intenção de roubar o ouro e suas terras logo na primeira metade do sec. XVIII.

Muito antes das datas apresentadas como oficial de origem do município de Altamira, no XXVIII, precisamente em 1880 havia muita imigração proveniente de várias partes do mundo, onde teoricamente houve o povoamento do território entre os igarapés Ambé e Pannels, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em seis (6) de Novembro de 1911, conforme a Lei Estadual nº 1.234. Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçaram o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial.

O grande ponto de referência geográfica da cidade é a rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o seu território pelos dois extremos e liga-a ao resto do Brasil. A rodovia Transamazônica depois de muitos anos construída possui apenas alguns trechos pavimentados. Considerada uma cidade Pólo, Altamira dá suporte aos municípios de Uruará, Brasil Novo, Medicilândia, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e outros em setores diversos como saúde, educação, agricultura e comércio. O território Altamirense é dividido em três distritos: Princesa do Xingu, distante da sede 25 km, Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra, ambos com distância de 1100 km da sede do município na divisa com parte do estado do Mato Grosso.

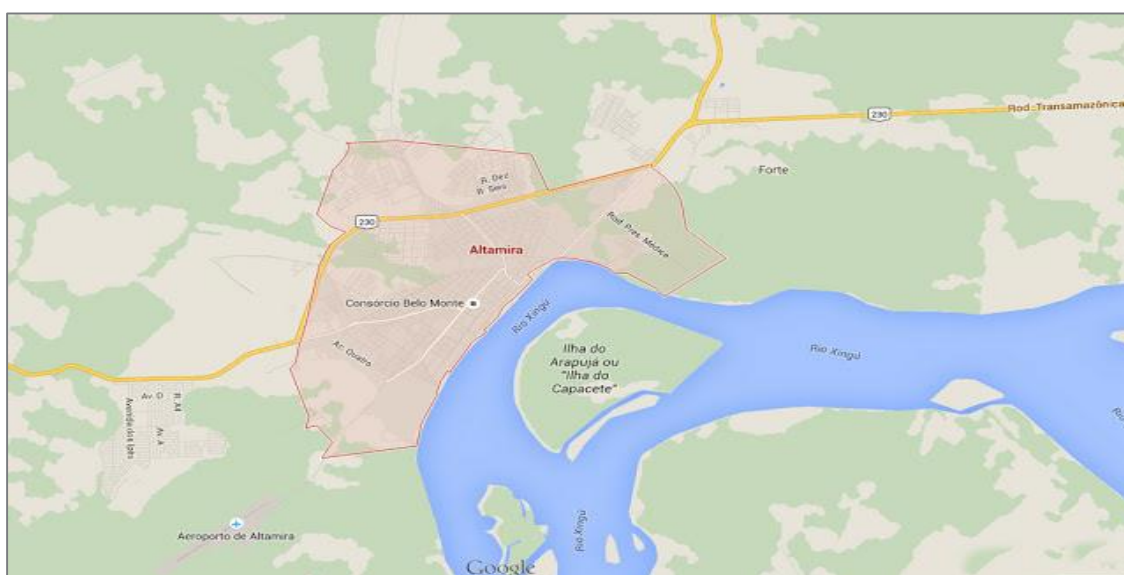
No ano 1972, nesse município foi implantado o marco zero da Rodovia Transamazônica - BR-230 – pelo então presidente brasileiro Emílio Garrastazul Médici. Iniciava-se um período de intensa exploração da floresta amazônica, com assentamentos de colonos e abertura de vias terrestres. A economia do município passou por vários ciclos e é uma das bases que sustentação econômica da região, com a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, cacau, hortaliças, criação de animais de pequeno, médio e grande porte, madeira e outros produtos da floresta, pesca, comércio, empregos na prefeitura, em empresas que estão atuando na implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e outras atividades informais (DE MIRANDA NETO, 2015).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 02) do Governo Federal da era Luiz Inácio Lula da Silva a partir do Ministério de Minas e Energia. A UHE Belo Monte é a terceira maior hidrelétrica do mundo com capacidade de geração de mais de 11,5 MHS de potência de Energia.

Segundo Oliveira (2013, p. 290):

O novo cenário do desenvolvimentismo brasileiro, iniciado na década de 1990, e com continuidades ideológicas e práticas nos governos federais que se sucederam, tem, no entender de Bermann, a construção e operacionalização da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) como “paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na bacia amazônica”.

Figura 2. Mapa do município de Altamira.



Fonte: <https://mapas.blogspot.com/2015>. Acesso em: 15/11/2018.

4. CARACTERIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE E AGROVILA VALE PIAUIENSE E ESCOLA ONEIDE DE SOUSA TAVARES.

A comunidade e Agrovila Valem Piauienses, fica localizada no Território da Transamazônica e Xingu município de Altamira Sudoeste do Estado do Pará. Fundada “oficialmente” na década de 1970, como parte das ações do Plano de Integração (PIN) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão criado pelo Decreto nº 1.110 de 09 de junho de 1970 substituindo o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Em pesquisa com moradores da Agrovila e Comunidade Vale Piauiense e circunvizinha durante os TCS, foi diagnosticado a partir das entrevistas realizadas com moradores, principalmente com os senhores Pedro Isidoro da Silva e Sabino Augusto da Silva, ambos vindos do estado da Bahia para a região no ano de 1945, moradores tradicionais de uma comunidade vizinha. Na entrevista sobre a origem das comunidades, os mesmo informam que antes da Comunidade e Agrovila Vale Piauiense ser instituída “oficialmente”

em na década de 1970 já moravam muitas famílias ladeadas no referido território, que era uma região de ocupação maciça por povos indígenas.

Os mesmos relataram que, dentre as famílias que na época habitavam o território, havia em uma das famílias um cidadão por nome de João Batista, já falecido, um piauiense, mais conhecido como “João Pezinho” por conta de uma deficiência física que possuía em uma das pernas. Segundo os entrevistados, o senhor João Batista era um morador tradicional, um cidadão bastante articulado e muito conhecido. Por conta dessas características, com a implantação do PIN e execução das ações do plano, o senhor João Batista tornou-se uma espécie de interventor do Estado na época, por ter essa habilidade de ser comunicativo, articulado, morador tradicional, conhecedor do território, motivos pelos quais se tornou uma liderança interlocutora, mediadora das ações de governo e a população na época.

Figura 3. Registro de Entrevista com Pedro Isidoro da Silva, Sabino Augusto da Silva e Sebastiao do Monte Silva.



Fonte: LEMOS, 2016.

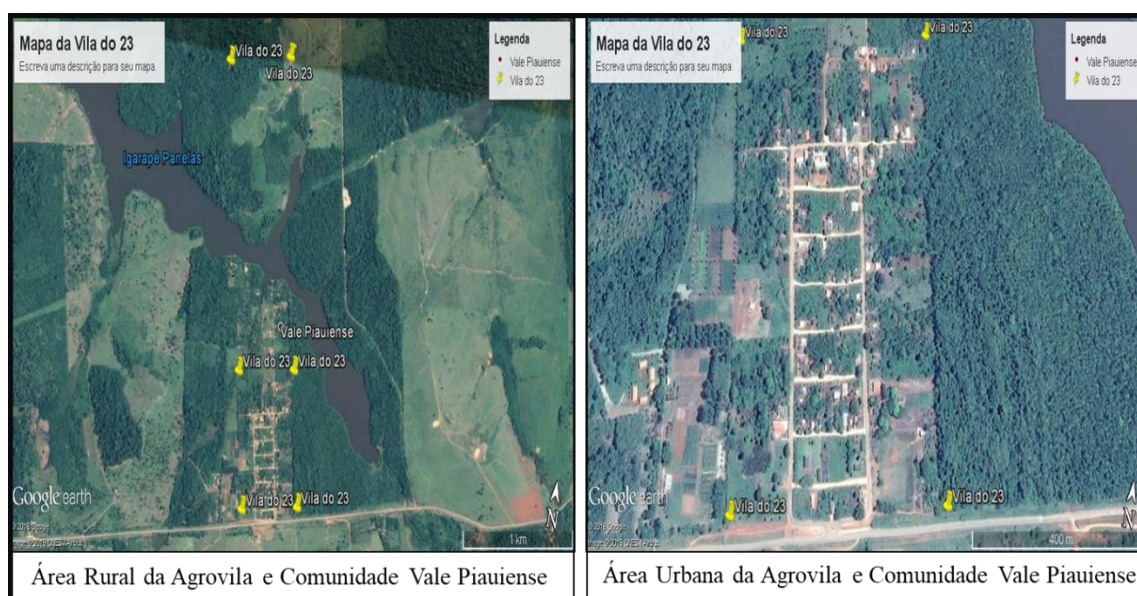
Durante a entrevista sobre origem da Comunidade, os entrevistados relataram que o referido território que compõe a Agrovila e Comunidade Vale Piauiense e outras comunidades vizinhas sempre foram ocupados por moradores tradicionais principalmente indígenas.

Segundo os entrevistados, no início do processo de colonização da Transamazônica, períodos que os mesmo já moravam na região, foram muitos acontecimentos que

presenciaram durante o surgimento/ ou consolidação da comunidade, desde o trabalho de definição de lotes (imóveis) para os agricultores que vieram de outras regiões do Brasil.

No período, da colonização o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) construiu uma base de apoio na Agrovila e Comunidade Vale Piauiense, também definiu um lote rural de 100 hectares para construção de casas em aglomerados para constituição da comunidade, ficando uma parte considerada como área urbana, onde está o posto de saúde, escola, campo de futebol, igreja, a outra parte considerada como área rural, onde estão situadas as chácaras com tamanho maior do que dos terrenos da área urbana (Vide mapa abaixo)

Figura 4. Mapa das áreas rural e urbana do Vale Piauiense.



Fonte: Google Earth, 2018.

Em todo esse contexto histórico de criação/fundação da Comunidade e Agrovila Vale Piauiense, o processo de educação segundo moradores, eram realizados em casa pelos pais que detinham o dom da leitura e da escrita, pois, antes da constituição da comunidade não havia escola, ou seja, uma estrutura com professores para ofertar educação com letramento e escrita, aquelas famílias que não tinham pessoas escolarizadas estavam fadadas a serem analfabetas de escrita e leitura.

Assim sendo, em meio ao processo de colonização nos anos de 1970, precisamente em 1973, foi construída por iniciativa do governo federal a estrutura/ou prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental, que depois de construída, no mesmo ano recebeu o nome de Escola de 1º Grau Vale Piauiense em homenagem a grande quantidade de famílias que

havia na localidade vindas do Estado do Piauí, que havia vindas atraídas pelo projeto de Colonização da Transamazônica.

No início, a Escola funcionava numa estrutura (casa) de madeira com piso de assoalho, tinha duas salas de aula, dois banheiros, um pequeno pátio, uma secretaria e uma cozinha. Os primeiros professores da referida escola foram: Celina, Elma Santos, Cristovam, Eugenia Alves de Araújo, Maria dos Anjos e Maria Lopes e a professora Eugênia Alves era a professora responsável pela escola na época.

Onze (11) anos depois de construídas, em 1984, a escola passou por reforma e adaptação de sua estrutura original inicial, onde a mesma ficou construída em alvenaria com duas salas de aula, dois banheiros, secretaria e cozinha. A partir da construção da nova estrutura, recebeu um novo nome, ficando denominada por Escola Estadual de 1º Grau Oneide de Souza Tavares, em homenagem a saudosa mestra que tanto contribuiu na educação no estado do Pará. No ano 1995, foi ofertado na escola pela primeira vez, em regime de Sistema Modular de Ensino, o ensino de 5ª série e no ano seguinte 5ª e 6ª e assim sucessivamente, onde a maioria dos jovens que residiam na comunidade e nas circunvizinhas pôde concluir o Ensino Fundamental.

A referida escola pertenceu à esfera estadual até final do ano de 1990, depois passou a ser municipal, período que também ocorreu à municipalização da educação no país, processo pelo qual as escolas estaduais que ofertavam o ensino de 1ª a 8ª séries passaram a ser de responsabilidade do governo Municipal.

No mesmo ano também foi implantado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, cujo foco era a realização de oficinas e aulas de reforço para os alunos da rede pública (Figura 6).

Figura 5. Escola Municipal de Ensino Fundamental Oneide de Sousa Tavares.



Fonte: SILVA, 2019.

Figura 6. Estrutura do PETI – desativada-escola Oneide Sousa Tavares.



Fonte: LEMOS, 2018.

Em 2005, foi implantado o Ensino Médio através de o Sistema Modular de Ensino – SOME oferecido pela rede Pública Estadual através da Décima Regional de Educação (10ª URE –SEDOC) funcionando em regime de anexo, onde a Escola Nair de Nazaré Lemos localizada na área urbana de Altamira, mas com turmas funcionando no espaço físico da Escola Oneide Sousa Tavares que também possui responsabilidade pelo transporte dos alunos através do Programa Caminho da Escola.

No ano de 2009, a referida escola aderiu ao Programa Mais Educação que tem como prioridade contribuir para formação integral de crianças, adolescentes e jovens articulando diferentes ações, projetos possibilitando a todos o direito de aprender.

Em 2017, o Programa Mais Educação alterou a sua nomenclatura para Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução nº 17/2017 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola (BRASIL, 2016).

A missão da Escola Oneide de Souza Tavares e escolas anexas é proporcionar a todos aos educandos um ensino de qualidade, objetivando a formação regular, integral e inclusiva. Mediado por esta educação, à escola cumpre sua missão quando proporciona e possibilita aos educandos o domínio dos conteúdos sistematizados, e flexíveis, a autonomia pessoal, o fortalecimento da cidadania, da expressão da sensibilidade, da formação do caráter, observando preceitos e normas para desenvolver manifestações plenas da liberdade humana.

E para que esta escola realmente possa oferecer uma educação de qualidade em todas as modalidades de ensino (educação infantil, fundamental I e II), a mesma conta com profissionais competentes e preocupados com o pleno desenvolvimento intelectual dos educandos, e no decorrer da realização de sua função, munidos de suas habilidades na arte de ensinar os educandos tem por objetivos contribuir para que a escola seja um ambiente agradável, eficiente e de qualidade.

Sendo a escola um lugar de ensino, cujo objetivo é a difusão do conhecimento e do saber, a mesma busca realizar sua função compreendendo-se como uma instituição transformadora, emancipadora e autônoma haja vista, que está sempre aberta para a liberdade de expressão, explorar a criatividade e imaginação, proporcionar e aceitar os desafios posto a sua frente sem, contudo, designar para um caminho de domínio, adestramento ou qualquer tipo de doutrinação, ou seja, a escola tem em seu esboço de missão trazer conteúdo que

dialogam com as realidades locais dos educando de modo que o processo de educação trabalha na escola não seja de forma etnocêntrico.

No que se refere à inclusão escolar, é relativamente necessário que haja uma aprendizagem educativa inclusiva, de qualidade, referenciada pela cidadania, com base nos princípios de igualdade, equidade, justiça em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas, éticas, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca do conhecimento e no exercício da cidadania.

Tendo em vista, que não apenas as crianças deficientes são excluídas, mas também as que pertencem a grupos discriminados e as que de tanto repetir desistiram de estudar. Partindo dessa perspectiva, importante que a escola esteja aberta sempre para inovações tecnológicas das práticas e metodologia de ensino que prima pela inclusão de conteúdos relacionados com a realidade das famílias e do educando.

[...] outras medidas também são importantes ao processo inclusivo; a redução do número de alunos por turma, a estruturação de um serviço sistemático de apoio especializado ao docente regular, um trabalho de orientação e de acompanhamento permanente com os pais e uma campanha de educação comunitária intensa voltada para a conscientização acerca da problemática da inclusão. (MARTINS, 1996, p. 32).

5. PROBLEMÁTICA

Nas pesquisas realizadas durante os Tempos Comunidades, foi possível perceber a partir das falas dos entrevistados relacionados aos conteúdos de pesquisas referenciados com os eixos temáticos de que existe uma série de problemas nas comunidades dos mais variados aspectos, que vão desde a organização da produção, desmatamento, organização social etc.

Segundo os relatos das famílias, considerando os eixos propostos na formação da graduação a partir do diálogo entre comunidade e universidade, são problemas de várias ordens existente como já mencionados no território das comunidades de pertence. Portanto, dentre tantos, um problema que tem chamado muito atenção das famílias, da comunidade e principalmente da escola é a relação existente entre escola e família, ou seja, há uma relação existente entre ambas, mas, no entanto é de uma forma onde a família considera que seu papel é o de levar documentação dos filhos na escola, participar só como ouvinte das reuniões, porém, dessa forma há uma relação de gestão da escola com a família, não uma gestão da escola com a equipe de profissionais da escola com as famílias.

No entanto, para se chegar a esta definição, o método utilizado foi por intermédio de entrevistas realizadas in lócus com famílias, profissionais da escola que lidam com a prática do ensino, também com profissionais ligados à direção da escola e outras pessoas das comunidades. Esse trabalho de pesquisa ocorreu ao longo dos quatro anos da graduação. Nessa perspectiva de análise, diálogo e pesquisa, observou-se que as famílias têm a escola como um espaço, um instrumento muito importante para o processo de sociabilidade, formação, profissionalismo, inclusive tendo como exemplo muitos alunos egressos da referida escola com formação superior, muitos atuando em vários setores do mercado de trabalho.

Para tanto, dentre os problemas identificados e definidos pelas famílias, profissionais da educação ligados à escola os quais foram entrevistados, elegeram a relação entre escola e famílias que precisa ser trabalhado, ou seja, existe uma relação entre a escola e as famílias, porém os níveis da relação precisam ser discutidos, analisado e construído estratégias no sentido da melhoria/ou até mesmo qualificação da referida relação existente.

Muitas famílias entrevistadas relataram que participam muito pouco da escola, cada qual com suas razões e motivos. Outros alegam que, as datas, dias de reuniões planejados pela equipe de direção da escola em muitos casos ocorrem em momentos ou dias que não são consultados da possibilidade de as famílias poderem ou não participara, ou seja, famílias entrevistadas relataram que devido às propriedades agrícolas e seus sistemas de produção que estão diretamente ligados a período/época de colheita, manejo e outras atividades, calendário, dias de reuniões planejados pela escola muitas vezes impossibilitam a participação, dessa forma, por a importância de se trabalhar a relação entre família e escola.

Uma questão importante é que nas falas de pais entrevistados, a educação que vem sendo desenvolvida na escola “parece ser boa”, pois, segundo muitos relatam que seus filhos têm aprendido a ler e escrever, mas tem sido muito recorrente a preocupação dos mesmos quanto a questão da participação na escola, assim como também os profissionais do ensino e direção fazem o mesmo relato que as famílias, inclusive tem famílias que tem filhos que estudam na Escola Oneide Sousa Tavares, que praticamente não participam quase que de nada na escola. Alguns pais e responsáveis que foram entrevistados afirmam que não são realmente presentes na vida escolar dos filhos.

Entretanto, foi detectado e observado durante as entrevistas/pesquisa que muitos pais e responsáveis possuem uma cultura, uma concepção de que a escola é responsável por tudo

com os filhos na escola, ou seja, que a escola tem o papel e a responsabilidade de além de realizar o processo de ensino e aprendizagem como também a educação como um todo.

Partindo da lógica de que a educação é um compromisso de todos, principalmente no quis respeito ao processo da participação para melhoria no ensino e aprendizado, o ato de aprender, conhecer e investigar são necessidades culturais? De Oliveira e Marinho-Araújo (2010) afirmam que “a contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento”.

Partindo desse pressuposto, nesse sentido, é muito claro o que trata a Lei de Diretrizes de Educação (LDB/1996) no seu artigo 2º: a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou seja, a responsabilidade, o compromisso da educação não é só do estado, é da família, como também da comunidade em geral onde está localizada a unidade escolar, dessa forma tornando o espaço educacional como uma oportunidade de inclusão e cidadania (BRASIL, 2005).

Nesse aspecto da relação entre a escola e as famílias da Escola Oneide Sousa Tavares o que se percebe é que esse distanciamento entendido entre ambas, às vezes dificultam a realização de um bom trabalho no sentido de uma educação inclusiva, participativa que, consequentemente terá resultados muitos positivos.

Pais, responsáveis, moradores da comunidade e profissionais da escola diante do fato do modo da relação que consideram como problemas, estão dispostos a investir em novas formas de atuação para mudanças desse cenário. Entretanto, a partir das percepções que possuem acerca da participação das famílias na escola, há uma diversidade de concepções sobre a questão e que até alguns pais/ou responsáveis afirmam que não participam de nada na escola, mas, o fato é que, muitos, ou na sua maioria de uma forma ou de outra faz visita na unidade escolar durante o ano, nem que seja para renovar a matrícula do filho, receber boletim de notas e às vezes até procurar saber como está sendo a relação, o comportamento dos filhos na escola, não deixando ser uma forma de participação, mas, mesmo assim, ambas as instituições de um certo modo não consideram essa situação como uma participação satisfatória.

Nessa perspectiva também, a direção da unidade escolar juntamente e alguns profissionais da escola que foram entrevistados têm apresentado certa preocupação com relação a participação das famílias na escola, inclusive na fala de alguns tem apresentado uma certa apreensão no sentido de ter encontrado muitas dificuldades para conseguir construir alternativas para motivar as famílias a participar da vida escolar.

No decorrer da pesquisa foi notório perceber na fala de profissionais pais, mães de famílias entrevistados até acham que há um estereótipo, ou seja, muitas famílias acreditam de que a escola é autossuficiente com capacidade e responsabilidade por tudo, assim culminando no comodismo das famílias, levado a este sentimento de não se envolver no processo no qual lhe é de direito e dever.

Por lado também, a escola a partir de sua equipe de profissionais, principalmente entrevistados, tem apreendido esse desafio de poder trazer as famílias para participar mais da escola, inclusive apresentando até um certo grau de dificuldade para construir estratégias novas onde que de uma certa estimula as famílias estarem mais presente na escola, participando, colaborando, ou seja fazendo da relação existente entre as instituições um instrumento relação qualificada, onde escola e famílias assumem seu papel dentro das atribuições que lhes são cabidas.

Nesse sentido, escola Oneide de Sousa Tavares através de sua equipe de profissionais e principalmente direção, está disponível para buscar alternativas para se trabalhar um processo de educação participativo, inclusivo, democrático, de modo que as famílias e a comunidade se sintam parte do processo como um todo.

6. JUSTIFICATIVA

Como já mencionado, nos anos de 1970, com o anúncio da abertura da abertura da Rodovia BR 230 - Transamazônicos, a Amazônia foi tomada por obras de infraestrutura, dentre estas, muitas escolas foram construídas, agrovilas e povoadas (OLIVEIRA NETO, 2013). Neste sentido, a colonização iniciada pelos governos populistas foi avançando de modo muito expressivo e logo em seguida ampliado pelo Governo Militar a partir do ano de 1960 (CONGILIO e IKEDA, 2014), objetivando dessa forma a ampliação da ocupação da Amazônia brasileira, principalmente a parte sudoeste do estado do Pará onde está localizado o município de Altamira, todavia, de um curto espaço de tempo por falta de políticas públicas

para garantia da permanência das famílias nos imóveis logo após a abertura da Rodovia BR 230 e colonização houve abandono dos lotes.

Quanto ao tema proposto no projeto com modalidade de “intervenção”, a convivência, a relação de pesquisador e ao mesmo sujeito de pertence de uma das comunidades beneficiária da escola durante os TC, proporcionou a coleta de um conjunto de informações de suma importância, informações estas que culminou na possibilidade da elaboração de um diagnóstico de problemas dos mais variados aspectos. No entanto, sob análise e definição dos sujeitos das comunidades ouvidos, pesquisados culminou na definição da relação entre famílias e escola quanto ao processo de participação durante o processo de educação de crianças, adolescentes e jovens como um problema que precisa ser enfrentado conforme definido pelos mesmos durante o período de pesquisa.

No decorrer da definição do problema a ser enfrentado, as famílias apresentaram a importância e a posição que a escola ocupa na vida das pessoas de forma positiva, pois apesar dos desafios, a formação proporcionada tem possibilitado a oportunidade para os discentes na inserção em cursos de graduação e mercado de trabalho, porém, há uma preocupação no que diz respeito ao processo de gestão da política educacional na referida unidade escolar como já mencionado, que é sobre a participação dos pais afirmaram categoricamente que não participam quase da vida escolar de seus filhos.

Indagados do por que: Muitos dizem que não participam por que não tem tempo, as reuniões geralmente ocorrem em horários que eles estão em suas roças para cuidar das atividades agrícolas, falta de transporte para ir até a reunião, em fim, uma série de questões que consideram como elementos que impossibilitam de muitos deles participarem. Outro fato que chamou muito atenção no diagnóstico é que, muitos pais e responsáveis relataram que a escola é responsável por tudo, ou seja, não precisa da presença de pais e responsáveis para tomar decisões.

Outra questão relatada por muitos pais e responsáveis para não participar da escola em reuniões, é o fato de que chegam à reunião, a pauta costuma está definida, geralmente os professores e direção falam muito, pois, tem o conhecimento de toda a pauta em questão, e assim sendo, muitos pais e responsável pouco participam com falas, quando vão à reunião, mais ouvem do que falam.

Diante do exposto, a execução do projeto **Relação Família/Escola - Desafios e Possibilidades** a ser desenvolvido na Comunidade e Agrovila Vale Piauiense localizada na BR 230, km 23, município de Altamira, Estado do Pará será de suma importante, pois, visa justamente tratar de questões que estão ligadas ao fortalecimento das políticas de gestão

democrática dos processos educacionais somando positivamente na busca pelo conhecimento e construção de estratégias que possibilitam a escola, a comunidade e as famílias entenderem e compreenderem o papel de cada parte em todo o processo educacional. Ainda nessa perspectiva, o projeto pretende partir da socialização do diagnóstico realizado, como base para a construção de acordos sobre a gestão da educação na referida escola, através da participação qualificada.

Já dizia Lück (2010, p.36), “o entendimento da participação como presença, é participante quem pertence a um grupo ou qualquer organização social, porém, participar e não ter a oportunidade de voz ativa no grupo se trata de uma participação fisicamente”.

Partindo dessa perspectiva, as famílias, os profissionais da educação da referida unidade escolar despertaram e apresentaram em suas falas que a relação entre ambas as instituições tem existido nesse nível do participante (as famílias). Entretanto, são diversas as razões pelas quais as famílias se configuram nesse patamar de participante. Observa-se que grande das famílias possui um entendimento de que basta executar a atividade de realizar matrícula e assinar documentos referente aos filhos, muitas vezes eximindo-se empiricamente do aproveitamento de uma possibilidade de poder contribuir na escola com uma participação de voz ativa, falando do que acha do modelo educacional e das práticas pedagógicas utilizadas pela escola através dos profissionais da educação.

É importante lembrar-se da complexidade de se trabalhar uma gestão partilhada de uma instituição pública, principalmente uma unidade escolar. Os moradores dessas comunidades são pessoas que quase sempre tem encontrado dificuldades em processos de valorização na disseminação dos saberes, práticas e modos tradicionais dos mesmos de modo a possibilitar a integração desses saberes e conhecimentos com a ação da escola pública.

Nessa perspectiva, observa-se que os problemas/ as dificuldades no que tange aos processos de democratização na aplicação das ações educacionais escolares tem possibilitado distanciamento entre as instituições unidade escolar e famílias, causando assim impossibilidade de estabelecimento de estratégias que pela valorização da realidade de seu povo ou faça com que esse mesmo povo possa se sentir parte desse processo político educacional.

Com base nas pesquisas realizadas durante os tempos comunidades e diante do exposto, faz-se necessário o Projeto **Relação Família/Escola – Desafios e Possibilidades**, para execução com ações que ora possam contribuir significativamente para um processo de construção de possibilidades com aperfeiçoamento e melhoria na relação existente entre escola e família no âmbito da participação, pois, conforme identificado e diagnosticado pelas famílias, a escola é o espaço que mais agrega pessoas na comunidade, dessa forma

culminando conseqüentemente em uma diversidade de concepções de modelo de educação no aspecto da participação. Por essa e outras razões, as ações ora previstas no projeto que visa buscar meios para uma participação ativa no cenário educacional mereça uma atenção, um foco, uma dedicação especial.

7. OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para construção de uma estratégia de gestão escolar que prima pelos princípios da autonomia, democracia, cidadania através da participação das famílias, escolas, comunidades de forma ativa.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Socializar resultados do diagnóstico sobre concepções e definições de participação das famílias e comunidade frente a gestão escolar e formação dos alunos;
- b) Realizar palestras sobre princípios básicos de participação em gestão escolar;
- c) Elaborar ferramentas de forma coletiva com iniciativas para incentivo a participação das famílias na escola de modo a melhorar a relação existente entre ambas as instituições;
- d) Realizar seminário sobre legislação escolar com profissionais de instituições de ensino e pesquisa e da própria Escola, para discutir sobre papel da família, comunidade e escola a luz da legislação vigente.

8. METAS/PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS

Quadro 1. Metas, Produtos e Resultados Esperados.

META	PRODUTO	RESULTADO
<p>- Melhorar a relação existente entre escola e famílias no sentido de qualificar a participação das famílias na escola.</p>	<p>- Qualificação na pareceria da relação entre escola e famílias para uma gestão escolar compartilhada;</p> <p>- Sensibilização das instituições competentes de ensino e das famílias para emponderamento no processo de gestão escolar.</p>	<p>- Melhoria no processo de gestão escolar com a participação das famílias, escola e comunidade;</p> <p>- Democratização da política educacional na unidade escolar;</p> <p>- Inserção das famílias e comunidades no dia a dia da escola;</p> <p>- Relação de responsabilidade no tocante a gestão compartilhada entre escolar, família e comunidade.</p>

Fonte: AUTOR, 2019.

9. METODOLOGIA

O referido trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de projeto de “Intervenção” terá como metodologia a realização de socialização do diagnóstico dos tempos comunidades, reuniões de articulação e mobilização para participantes e colaboradores externos no seminário. Partindo do pressuposto de Etnodesenvolvimento, o projeto pretende trazer para seu processo de execução o princípio da autonomia dentro de seu planejamento de realização, considerando todas as etapas de ações propostas, desde já considerando o diagnóstico construído durante os tempos comunidades.

Entretanto, ainda para se executar as ações e atividades com intenção de alcançar as metas e os objetivos ora esperados, o projeto será considerado iniciado desde o primeiro tempo-comunidade, ou seja, durante os quatro anos de graduação o tema em questão vem sendo discutido como problema na comunidade, portanto, desde a elaboração do diagnóstico,

pré-projeto, trabalho de conclusão de curso (TC) na modalidade de projeto de intervenção e defesa terá um período de 4 anos 3 meses considerando o mês de outubro de 2019.

A busca pela construção/estabelecimento de uma relação entre famílias, escola e comunidade tem como proposta elaborar estratégias de inclusão e democratização da política educacional na escola Pólo Oneide de Sousa Tavares com foco na qualidade do processo de ensino e aprendizado dos alunos, levando em consideração o que a comunidade categorizou como demanda, além das proposições feitas com base na necessidade de se estabelecer uma relação qualificada no que tange aos processos de gestão democrática da educação na referida unidade escolar.

Com base no diagnóstico feito durante os tempos comunidades, as famílias que estão envolvidas diretamente na escola já podem ser consideradas como público beneficiário identificado, uma vez que, grande parte das mesmas que foram entrevistadas confirmou que a relação entre famílias, escola e comunidade existente precisa ser revista. Nesse caso, entre as ações a serem realizadas durante as atividades que serão executadas está previsto mobilização de participantes que serão alunos, famílias e comunidade geral. Também serão convidados profissionais externos que tenham vínculo com o tema em questão para contribuir na execução de ações e atividades do projeto.

Para execução das ações conforme previsto, foram feitas entrevistas com famílias, profissionais da educação, moradores das comunidades beneficiárias da unidade escolar, reuniões com moradores, profissionais da educação da escola sempre com foco no princípio da autonomia dos atores envolvidos no processo educacional, o que pode ser considerado como primeiro momento. Seguindo o cronograma das ações e atividades do referido projeto, esse momento de sistematização dos dados coletados nos tempos comunidades em seguida com a socialização na universidade, na comunidade, na escola, passa a ser considerado o segundo momento/ou etapa do projeto.

A continuidade das ações e atividades do projeto prevê a realização de um seminário discutindo sobre o papel das famílias, da comunidade, da escola, da Secretaria Municipal de Educação na construção da gestão educacional como forma de aumentar o protagonismo, autonomia de todos os atores com foco na democratização da educação. Para concretização das ações e atividades está sendo utilizada a seguinte metodologia/etapas:

1ª Etapa - Pesquisa Tempos-Comunidades durante a graduação para coletas de dados identificação de problemas na comunidade de pertencimento seguido da sistematização;

2ª Etapa – Apresentação, negociação com a escola, as comunidades e famílias, da proposta de tema de projeto de “intervenção” /Ação coletiva considerando os tempos comunidades;

3ª Etapa - Apresentação da proposta, elaboração do Projeto de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de projeto de “intervenção” /ou ação coletiva com objetivos, metas e atividades com base no problema identificado pela comunidade;

4ª Etapa - Realização da elaboração da proposta do Projeto de Conclusão de Curso (TCC) com orientações de professores da Universidade Federal do Pará;

5ª Etapa – Articulação, mobilização, convites para famílias, comunidades, alunos, secretaria municipal de educação, profissionais especialistas sobre o tema em questão para palestrar no seminário sobre papel das famílias, da comunidade, da escola e da Secretaria Municipal de Educação frente ao processo educacional;

6ª Etapa - Realização do seminário para tratar de questões referentes ao papel das famílias, comunidades, escola, secretaria municipal de educação seguido da construção coletiva de acordos sobre gestão educacional;

7ª Etapa – Encerramento do seminário com celebração dos acordos firmados tratando sobre o papel das famílias, das comunidades, da escola e da secretaria municipal de educação frente ao processo de gestão democrática educacional.

O evento terá a seguinte programação: início pela manhã, com lanche, em seguida será apresentado os dados do diagnóstico dos TC, seguido das contribuições dos participantes, de colaboradores externos e convidados. Dentro das exposições sobre gestão partilhada, serão realizadas exposições sobre o papel das famílias, da comunidade, da escola e secretaria municipal de educação, em consonância com LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), FUNDEB e será aberto um novo debate para esclarecimentos e contribuições. Ao meio dia será servido o almoço compartilhado.

10. CRONOGRAMA DE AÇÕES/ATIVIDADES E FONTES DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO

Para o projeto tornar-se resultado prático e sair do papel, será necessário realizar um exercício de distribuição das atividades e responsabilidades entre os participantes e parceiros, uma vez que, o projeto pretende trabalhar partindo do princípio da autonomia, democracia e o protagonismo dos sujeitos que estão direto ou indiretamente envolvido ao tema em questão. A SEMED de Altamira, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Oneide Sousa Tavares e

seus profissionais irão oferecer subsídios como estruturas físicas, administrativas e humanos para execução das ações. Os especialistas na área em questão oriundos de outras instituições se responsabilizarão em oferecer subsídios técnicos para as palestras previstas durante o seminário.

Os custos de transporte até a escola, local do seminário serão custeados por quem for colaborar no evento – seminário sobre legislação escolar. As famílias além de participar do evento, serão responsáveis pela colaboração da alimentação dos participantes do seminário, assim como o lanche e almoço.

Durante a realização do seminário serão apresentadas práticas pedagógicas de gestão escolar em curso na unidade de ensino, legislações pertinentes que discutem os papéis de cada ator envolvido, como família, escola, comunidade e Secretaria de Educação. Os materiais usados como: retroprojetor, câmara digital e celular para registros fotográficos, computadores, canetas, lápis, pincéis, papéis A4, cartolinas, lousa e outros necessários a realização do evento serão disponibilizados pela escola, pelos próprios palestrantes, famílias e o discente organizador do seminário. Esses equipamentos e materiais possibilitarão a viabilidade e alcance dos objetivos almejados no projeto.

Quadro 2. Itens/Fontes para Realização do Seminário Estimado.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Fonte
1	Combustível- Gasolina	50 Litros	R\$ 5.15	R\$ 257.50	Custeio dos participantes
2	Combustível – óleo Diesel	50 Litros	R\$ 4.20	R\$ 210,00	Prefeitura para ônibus escolares
3	Papel A4	2 Resmas	R\$ 25,00	R\$ 50,00	Escola
4	Computador – Aluguel	5 Unidades	R\$ 5,00	R\$ 500,00	Palestrantes - Organizadores
5	Cartolina	10 Unidades	R\$ 5,00	R\$ 50,00	Escola
6	Alimentação – Refeições	50 Unidades	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00	Participantes - Doações
Valor Total: (2.067,50) Dois mil sessenta e sete reais e cinquenta centavos.					

Fonte: AUTOR, 2019.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS

O Trabalho de Conclusão de curso na modalidade de Projeto de “Intervenção” intitulado de “**Relação Família/ Escola - Desafios e Possibilidades**” a ser desenvolvido na Comunidade e Agrovila Vale Piauiense localizada na BR 230 km 23 municípios de Altamira Estado do Para terá como objetivo construir de forma coletiva acordos com estratégias guiadas por métodos inclusivos no processo de gestão educacional com foco na democratização do processo de ensino e aprendizado na referida unidade escolar. Espera-se com essa proposta alcançar o mínimo possível de sujeitos com disponibilidade que possam colaborar de forma significativa, sugerindo, elaborando e apresentando alternativas para acordos de controle social na política de educação da Escola Oneide de Sousa Tavares.

Considerando a problemática identificada e definida pelas famílias e comunidade, é de suma importância tratar de questões que estão ligados aos processos de políticas de gestão democrática no que diz respeito aos processos educacionais, somando positivamente na busca pelo conhecimento e compreensão de elementos que possam possibilitar a escola, a comunidade e as famílias com subsídios quanto ao papel de cada sujeito no processo educacional, que vai desde a ação de educação, o letramento propriamente dito, até a gestão e administração do processo escolar no viés da perspectiva democrática com a participação qualificada dos sujeitos de direitos da educação.

Ainda nessa perspectiva, o projeto pretende estimular os sujeitos envolvidos a empoderar-se junto à política educacional na Escola Pólo Oneide de Sousa Tavares, naquilo que é de competência de cada parte, considerando o diagnóstico levantado durante os Tempos- Comunidades o qual apresenta uma necessidade, uma reivindicação por uma ação mais proativa frente ao tema em questão na escola e na comunidade. Assim sendo, é esperado que o projeto ora apresentado possa trazer benefícios para a população local a partir das ações e atividades previstas, dentre essas, a construção de uma rede de parceiros de entidades e profissionais que trabalham juntos iniciativas de estabelecimento de acordos e métodos de gestão, adotados sempre na intenção de uma modalidade de educação inclusiva, participativa, onde a relação entre família, escola e comunidade proporcione a melhoria do processo de ensino e aprendizados dos alunos a partir do entendimento e compreensão do papel de cada sujeito frente ao processo como um todo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 64p, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso: 16 nov. de 2018.
- BRASIL. Portaria nº 1.144, de 10 de Outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 196, p. 23, 11 Out. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file>. Acesso: 16 nov. de 2018.
- CONGILIO, C. R.; IKEDA, J. C. O. A Ditadura Militar, Expansão do Capital e as Lutas Sociais no Sudeste Paraense. **Lutas Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 32, p. 79-90, jan./jun., 2014.
- DE ABREU, J. V. **A Implementação do Direito à Educação Escolar Indígena no Município de Santarém no Período de 2006 a 2012**. 2014. 151 p. Mestrado em Educação com Ênfase em Políticas Públicas – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- DE MIRANDA NETO, J. Q. UHE Belo Monte e a Reestruturação da Cidade de Altamira-PA: Agentes, Processos e Redefinições Espaciais. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, Out., 2014, Presidente Prudente. **Anais**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/8/242.pdf>. Acesso: 15 nov. de 2018.
- DE OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO C. M. A Relação Família-Escola: Intersecções e Desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar., 2010.
- DOMINGUES, W. C. L.; BELTRÃO, J. F. Diversidade & Educação: O Desafio à Docência Intercultural. In: OLIVEIRA. A. C; BELTRÃO. J. F. **Etnodesenvolvimento & Universidade**: Formação Acadêmica para Povos e Comunidades Tradicionais. Belém: Editora Santa Cruz, 2015, p. 164-170.
- FARIA, E. S. S. Etnodesenvolvimento & Arqueologia: Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão com Povos e Comunidades Tradicionais da Região da Transamazônica e do Xingu. In: OLIVEIRA. A. C; BELTRÃO. J. F. **Etnodesenvolvimento & Universidade**: Formação Acadêmica para Povos e Comunidades Tradicionais. Belém: Editora Santa Cruz, 2015, p. 145-163.
- FERASO, G.; PAGOTO, T. Gestão Democrática e o Princípio de Inclusão, com Perspectiva de Cidadania. **Visão Global**. Joaçaba, Edição Especial, v. 1, p. 129-140, 2012.
- HEERDT, M. L., DE COPPI, P. **Como Educar Hoje?** Reflexões e Propostas para uma Educação Integral. 1. Ed. São Paulo: Mundo Missão, 200p, 2005.
- LEMOS, R. da S. **Terceiro Tempo Comunidade**. Altamira: Universidade Federal do Pará, Faculdade de Etnodiversidade. Curso de Etnodesenvolvimento. 2016.
- LÜCK, H. **A Gestão Participativa na Escola**. 6. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- MARTINS, L. de A. R. Educação Integrada do Portador de Deficiência Mental: Alguns Pontos para Reflexão. **Revista Integração**. Brasília, v. 1, n. 16, p. 27-32, 1996.

OLIVEIRA, A. da C. Consequências do Neodesenvolvimentismo Brasileiro para as Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes: Reflexões sobre a Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 17, n. 2, p. 289-302, jul./dez., 2013.

OLIVEIRA NETO, T. Rodovia Transamazônica: Falência de um Grande Projeto Geopolítico. **Revista Geonorte**. Manaus, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 282-298, 2013.

PAIVA, J. M. Sobre a Civilização Ocidental. **Cadernos De História Da Educação**. Piracicaba, v. 11, n. 1, p. 307-324, jan./jun., 2012.